Estabelece as condições de funcionamento do Curso de Defesa, Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) para Oficiais do Serviço de Saúde e do Quadro Complementar de Oficiais.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, inciso I, do Regulamento da Lei do Ensino no Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, em conformidade com o que prescreve o art. 5º, inciso IV, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, ouvido o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) e o Comando de Operações Terrestres (COTER), resolve:

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições de funcionamento do Curso de Defesa, Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) para Oficiais do Serviço de Saúde e do Quadro Complementar de Oficiais, a partir de 1º de janeiro de 2019:

I - integre a Linha de Ensino Militar Bélico, o grau superior e a modalidade de especialização;

II - funcione na Escola de Instrução Especializada (EsIE);

III - tenha a duração máxima de 8 (oito) semanas;

a) 1ª fase: com duração máxima de 5 (cinco) semanas, em atividades de educação a distância (EAD), na organização militar em que serve o aluno; e

b) 2ª fase: realizada por militares aptos na 1ª fase, com duração máxima de 3 (três) semanas em atividades presenciais na EsIE.

IV - tenha a periodicidade de 1 (um) curso nos anos ímpares;

V - possibilite a matrícula de, no máximo, 16 (dezesesseis) alunos por curso, não incluídos os militares de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e de Nações Amigas, sendo 50% (cinquenta por cento) das vagas para Oficiais do Serviço de Saúde do Quadro de Médicos e 50% (cinquenta por cento) das vagas distribuídas entre Oficiais do QCO, das especialidades Veterinária e Enfermagem, e do Serviço de Saúde do Quadro de Farmacêuticos e de Dentistas;

VI - tenha, como universo de seleção, os capitães e tenentes do Serviço de Saúde do Quadro de Médicos, de Farmacêuticos e de Dentistas e do Quadro Complementar de Oficiais das especialidades Veterinária e Enfermagem;

VII - tenha a seleção e o relacionamento dos militares designados para a matrícula a cargo do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), ouvido o COTER; e

VIII - tenha o funcionamento a cargo do DECEX.

Art. 2º Determinar que continuam aplicáveis as condições de funcionamento do curso previstas na Portaria nº 63-EME, de 1º de abril de 2014, até 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º Determinar que a presente portaria entre em vigor na data de sua publicação.